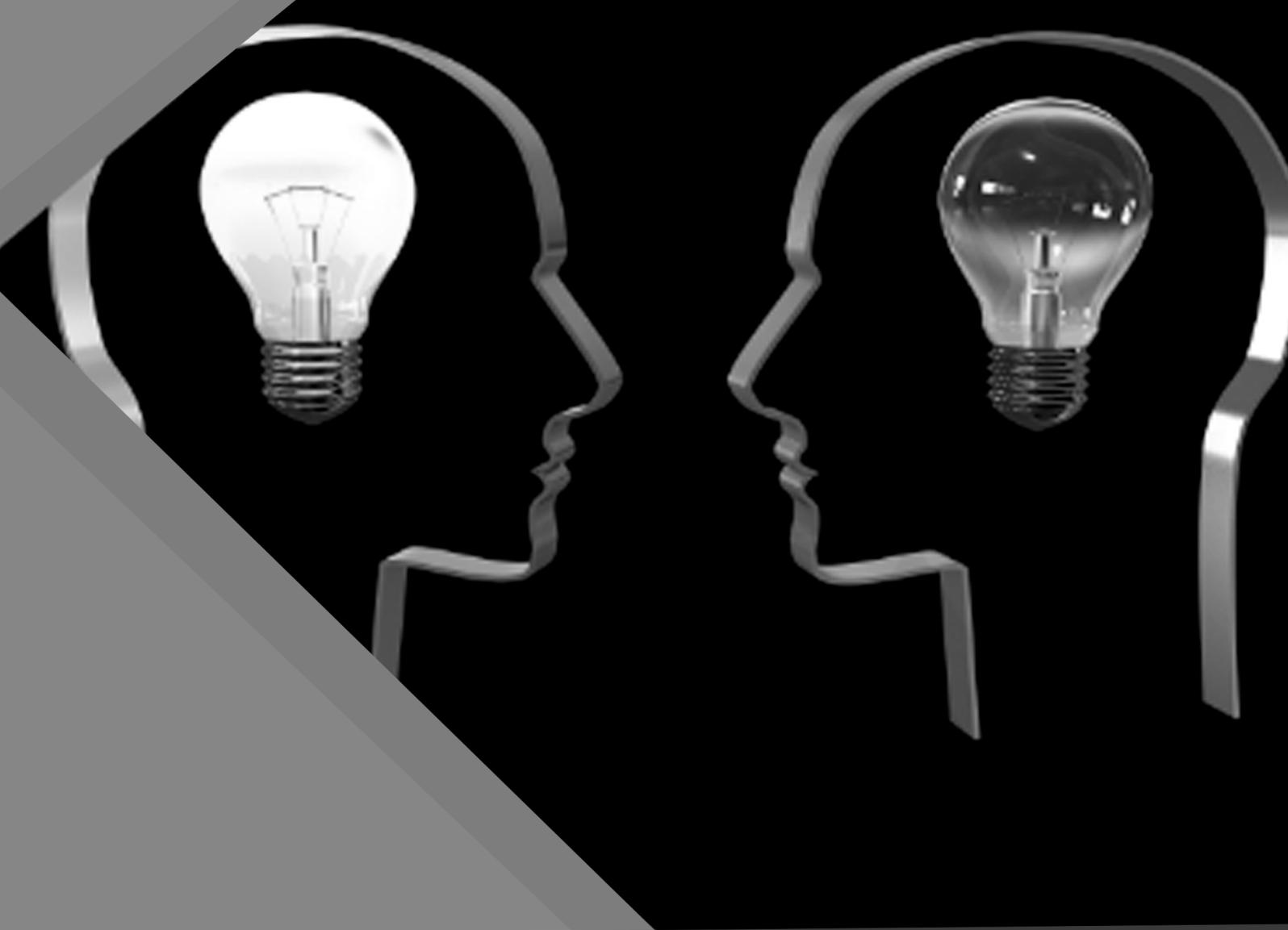




Denise Pereira
Janaína de Paula do Espírito Santo
(Organizadoras)

Discussões Interdisciplinares no Campo das Ciências Humanas 2

Atena
Editora
Ano 2020



Denise Pereira
Janaína de Paula do Espírito Santo
(Organizadoras)

Discussões Interdisciplinares no Campo das Ciências Humanas 2

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Natália Sandrini de Azevedo

Edição de Arte: Luiza Batista

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros

Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice

Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Luis Ricardo Fernando da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão

Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador

Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Fernando José Guedes da Silva Júnior – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Prof^a Dr^a Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^a Dr^a Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof^a Dr^a Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof^a Dr^a Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof^a Dr^a Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof^a Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof^a Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof^a Dr^a Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof^a Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Prof^a Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof^a Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof^a Dr^a Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Prof^a Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof^a Ma. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco

Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
 Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
 Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
 Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
 Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
 Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
 Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
 Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
 Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
 Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
 Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
 Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
 Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
 Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
 Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
 Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
 Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
 Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

ados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
D611	<p>Discussões interdisciplinares no campo das ciências humanas 2 [recurso eletrônico] / Organizadoras Denise Pereira, Janaína de Paula do E. Santo. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-5706-128-2 DOI 10.22533/at.ed.282202306</p> <p>1. Abordagem interdisciplinar do conhecimento. 2. Ciências humanas – Pesquisa – Brasil. I. Pereira, Denise. II. Santo, Janaína de Paula do E.</p> <p style="text-align: right;">CDD 300</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
 Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Discussões Interdisciplinares no Campo das Ciências Humanas se constitui em uma coletânea de artigos preocupada em apresentar e discutir a miríade de possibilidades das humanidades enquanto área de conhecimento. A interdisciplinariedade tem sido uma busca e um alvo constante nas discussões da área, e do processo de ligação entre as diferentes áreas de conhecimento. Isso está presente na formação da palavra, composta pelo prefixo *inter*, ou seja, dentro, entre, e a palavra *disciplinar*, que marca, o sentido pedagógico de um campo ou de uma área de pesquisa. Reconhecer as ciências humanas como um espaço plural e em constante diálogo tem sido um dos desafios dos últimos tempos. Trata-se de um processo dinâmico, que busca a compreensão ampliada dos diferentes saberes.

Neste sentido evocamos a noção de interdisciplinaridade de Weil, D'Ambrosio e Crema (1993) que chamam a atenção para o aspecto de síntese do conceito, e a possibilidade de abarcar, em diálogo, duas ou mais disciplinas, constituindo um discurso em diferentes níveis, que são caracterizados por uma nova linguagem descritiva e novas relações estruturais, nos diversos campos científicos. Ainda neste sentido, mas em um olhar ainda mais abrangente, Lück (1999) aponta que a interdisciplinaridade é um processo que envolve a integração e o engajamento de pesquisadores, num trabalho conjunto. Essa interação visa, especialmente se contrapor à fragmentação do conhecimento em um empenho para alcançar um ambiente de saberes cidadãos, de uma visão mais ampla de mundo, do enfrentamento de problemas complexos, do conhecimento amplo como uma ferramenta de interpretação da realidade, e por consequência, da construção de amplitude nos processos de olhar o mundo.

Há que se caminhar, cada vez mais para a visão de um conhecimento circular e dinâmico, constitutivo e dialógico, de formação de sentidos para a experiência no mundo, no tempo e no espaço, que fortaleçam, demonstrem e explorem, cada dia mais, o impacto da percepção humana no processo de absorção do conhecimento (ou seja, o modo de ver, classificar e elaborar) para além da ideia de uma ferramenta de análise, mas, muito especialmente, como uma forma de estimular o pensamento. Um canal de formação de sentidos.

Esperamos que as leituras destes capítulos possam ampliar seus conhecimentos e instigar novas reflexões.

Boa leitura!

Denise Pereira

Janaína de Paula do E. Santo

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A IMPORTÂNCIA DA PESQUISA NA PRÁXIS EXTENSIONISTA – INDICADORES DE AUTOGESTÃO NA INCUBAÇÃO DO <i>NÚCLEO DE PRODUÇÃO DA ASSOCIAÇÃO BEM DA TERRA/RS</i>	
Tiago de Garcia Nunes Samantha Vieira Zschornack Diego Rodrigues Gonçalves Solaine Gotardo	
DOI 10.22533/at.ed.2822023061	
CAPÍTULO 2	13
CAMELÔS E PREFEITURA MUNICIPAL: TERRITORIALIDADES E CONFLITOS NO CENTRO COMERCIAL DE FEIRA DE SANTANA (BA)	
Alessandra Oliveira Teles	
DOI 10.22533/at.ed.2822023062	
CAPÍTULO 3	26
SOBRE DUALISMOS E COMPLEMENTARIDADES: NA CIÊNCIA, A FLUIDEZ EM PERSPECTIVA	
Rodrigo Dutra Gomes	
DOI 10.22533/at.ed.2822023063	
CAPÍTULO 4	45
AS CATEGORIAS: REGIÃO, COMUNIDADE E TRADICIONAL NO CONTEXTO HISTÓRICO DO GRUPO SOCIAL DE CANABRAVA	
Letícia Aparecida Rocha Edivaldo Ferreira Lopes	
DOI 10.22533/at.ed.2822023064	
CAPÍTULO 5	59
A MEDIAÇÃO COMO MÉTODO ADEQUADO DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS NA SEARA FUNDIÁRIA NA AMAZÔNIA	
Jessyca Fonseca Souza	
DOI 10.22533/at.ed.2822023065	
CAPÍTULO 6	71
A MISSÃO FRANCESA: UMA REFLEXÃO SOBRE A INFLUÊNCIA DOS <i>ANNALES</i> NO BRASIL NOS ANOS 30	
André Augusto Abreu Villela	
DOI 10.22533/at.ed.2822023066	
CAPÍTULO 7	88
A REVOLTA NOBILIÁRIA DE 1272/1273 NA CRÔNICA DE ALFONSO X, O SÁBIO	
Luiz Augusto Oliveira Ribeiro Jaime Estevão dos Reis	
DOI 10.22533/at.ed.2822023067	

CAPÍTULO 8	100
DEMOCRATIZAÇÃO DO CONHECIMENTO SOBRE ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO: DIÁLOGOS EMANCIPATÓRIOS EM PODCAST E VIDEO	
Vera Borges de Sá Isabelle Barbosa da Silva Julianne Ferreira de Mendonça	
DOI 10.22533/at.ed.2822023068	
CAPÍTULO 9	111
IDENTIDADE E DIFERENÇA: NOTAS INTERDISCIPLINARES PARA A PESQUISA JUNTO AOS POVOS INDÍGENAS E COMUNIDADES QUILOMBOLAS	
Diana Cibele de Assis Ferreira Halda Simões Silva	
DOI 10.22533/at.ed.2822023069	
CAPÍTULO 10	121
POLÍTICAS PÚBLICAS NA AGENDA SOCIAL QUILOMBOLA: PERCEPÇÕES E DESAFIOS	
César Augusto Fernandes Silva	
DOI 10.22533/at.ed.28220230610	
CAPÍTULO 11	136
INVESTIGAÇÃO DO DIMORFISMO SEXUAL EM ESQUELETOS HUMANOS ATRAVÉS DA MEDIÇÃO DOS OSSOS DO QUADRIL	
Ellen Mayara Lima Silva Marcela Martins da Silva Nascimento Taciana Rocha dos Santos Carolina Peixoto Magalhães	
DOI 10.22533/at.ed.28220230611	
CAPÍTULO 12	143
O ETERNO RETORNO DOS MORTOS E DEUSES: UMA LEITURA DO CONCEITO EM <i>ARAWETÉ: OS DEUSES CANIBAI</i> S	
Maria Carolina Moreira Moracci	
DOI 10.22533/at.ed.28220230612	
CAPÍTULO 13	154
LEIBNIZ: UM HOMEM A FRENTE DE SEU TEMPO, FILÓSOFO, MATEMÁTICO E CRISTÃO ECUMENICO	
Izaías Geraldo de Andrade Maria das Dores Andrade de Barros	
DOI 10.22533/at.ed.28220230613	
CAPÍTULO 14	167
MEMÓRIA COLETIVA E A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES	
Leila Sala Prates Ferreira Tânia Rocha Andrade Cunha	
DOI 10.22533/at.ed.28220230614	

CAPÍTULO 15	176
MIGRAÇÕES E MOBILIZAÇÃO PARA O TRABALHO NA HISTÓRIA DA MODERNIZAÇÃO	
Allan Rodrigo de Campos Silva	
DOI 10.22533/at.ed.28220230615	
CAPÍTULO 16	189
MULTIDIMENSÃO DAS DEMÊNCIAS EM IDOSOS	
Márcia de Oliveira Siqueira	
Leonardo Saraiva	
Lia Mara Wibelinger	
DOI 10.22533/at.ed.28220230616	
CAPÍTULO 17	198
OS EFEITOS DO CONSUMISMO NAS RELAÇÕES SOCIAIS: O DESCARTE DO OUTRO NA MODERNIDADE LÍQUIDA	
Matheus Luiz de Souza Céfaló	
DOI 10.22533/at.ed.28220230617	
CAPÍTULO 18	214
PARADIGMAS DE DESENVOLVIMENTO NA ERA DO NEOLIBERALISMO PROGRESSISTA: AS MUTAÇÕES DO CAPITALISMO E O PAPEL DA CRÍTICA	
Natália Sant Anna Torres	
DOI 10.22533/at.ed.28220230618	
SOBRE AS ORGANIZADORAS	227
ÍNDICE REMISSIVO	228

IDENTIDADE E DIFERENÇA: NOTAS INTERDISCIPLINARES PARA A PESQUISA JUNTO AOS POVOS INDÍGENAS E COMUNIDADES QUILOMBOLAS

Data de aceite: 17/06/2020
Data de submissão: 02/03/2020

Diana Cibele de Assis Ferreira

Universidade Tiradentes-UNIT

Caruaru-PE

<http://lattes.cnpq.br/2031752552069052>

Halda Simões Silva

Instituto Federal de Pernambuco-IFPE

Garanhuns-PE

<http://lattes.cnpq.br/3182893332900285>

RESUMO: Este artigo tem por objetivo suscitar algumas discussões teóricas referentes ao conceito de identidade, relacionando sua compreensão aos estudos junto aos povos e comunidades tradicionais. Tal discussão se faz pertinente diante da necessidade de se evitar e desconstruir essencialismos, os quais por vezes são observados nas lidas com os grupos étnicos. Concebemos a identidade enquanto questão relacional, sujeita as variáveis das interações sociais, de maneira que esta discussão possibilita ao pesquisador no campo da Educação que problematize suas compreensões, anseios e estigmas, em face da realidade que busca conhecer.

PALAVRAS-CHAVE: Identidade. Povos

indígenas. Comunidades Quilombolas. Educação.

IDENTITY AND DIFFERENCE:
INTERDISCIPLINARY NOTES FOR
RESEARCH WITH INDIGENOUS PEOPLES
AND QUILOMBOL COMMUNITIES

ABSTRACT: This article aims to raise some theoretical discussions regarding the concept of identity, relating its understanding to studies with traditional peoples and communities. Such a discussion becomes pertinent in view of the need to avoid and deconstruct essentialisms, which are sometimes observed in dealing with ethnic groups. We conceive of identity as a relational issue, subject to the variables of social interactions, so that this discussion allows the researcher in the field of Education to problematize his understandings, desires and stigmas, in the face of the reality he seeks to know.

KEYWORDS: Identity. Indian people. Quilombola Communities. Education.

INTRODUÇÃO

Não é difícil perceber que o interesse dos pesquisadores sobre os povos e comunidades tradicionais têm se avolumado, destacando-se, nesta seara, os

povos indígenas e quilombolas. Nessa perspectiva, no campo da Educação, incumbe ao pesquisador promover um exercício dialógico entre os referenciais teóricos que subsidiam seu amadurecimento acadêmico e a realidade que se propõe a investigar. Tal prática não é tão simples, pois faz-se necessário que o pesquisador possua certa autovigilância, para que não incorra em um simples movimento de sujeição da realidade estudada à teoria ou aos seus preconceitos. Nesse intuito, ainda precisa questionar as verdades que tomou por incólumes ao longo de sua trajetória educacional. Em síntese, nas interações com os grupos étnicos, tornam-se necessárias mais problematizações e menos certezas.

As singularidades que envolvem os povos e comunidades tradicionais são mais que justificantes para os cuidados que cercam os estudos acadêmicos. Observa-se que esses grupos foram esquecidos no decurso da história, tiveram seu reconhecimento minimizado diante de imposições realizadas por grupos dominantes, mesmo em face das vicissitudes das relações sociais. Por tais assimetrias, não raras vezes, aos povos indígenas e quilombolas são atribuídas identidades reificadas, cristalizadas no passado colonizador. Se a construção de uma pesquisa por si só demanda atenção, o pesquisador deve perfazer o caminho de suas observações, para além de estereótipos ou de imposições sociais.

Buscamos contribuir neste artigo com algumas premissas teóricas que corroboram com a formação do pesquisador em Educação, o qual encontra junto aos grupos étnicos seu lugar de estudo. Considerando que à pesquisa é imanente uma preocupação social, e que deve contribuir com o fortalecimento e visibilidade dos povos historicamente subalternizados, abordamos algumas lições sobre o conceito de identidade.

METODOLOGIA

Considerando a proposta do presente artigo, optamos pela realização de um estudo bibliográfico, que nos possibilitasse conhecer alguns conceitos sobre identidade, relacionando-os com as pesquisas junto aos povos e comunidades tradicionais.

No que se refere ao estudo bibliográfico, Marconi e Lakatos (2011) afirmam que o mesmo tem como finalidade: [...] colocar o pesquisador em contato direto com tudo aquilo que foi escrito sobre determinado assunto, com o objetivo de permitir ao cientista o reforço paralelo na análise de suas pesquisas ou na manipulação de suas informações. (MARCONI; LAKATOS, 2011.p 44).

Creemos que esse tipo de estudo perfaz as necessidades dos pesquisadores em sua trajetória, propulsando o amadurecimento e aprendizado, ao considerarmos a necessidade de perceber elementos peculiares que são inerentes a tais populações, tais como a cultura e a construção de identidades.

ANTROPOLOGIA E EDUCAÇÃO: DIÁLOGOS POSSÍVEIS E NECESSÁRIOS

Defendemos a emergência de uma perspectiva interdisciplinar entre a Antropologia e a Educação. Assim como Rocha e Tosta (2009), reconhecemos que a

interdisciplinaridade, entendida como valores comuns a uma ou mais matrizes do conhecimento, vem sendo colocada como dimensão necessária a qualquer projeto científico que se queira implementar, com vistas a obter avanços teóricos e empíricos mais consistentes e de relevância social. No campo educacional, seja o da educação escolar, seja o da educação não formal, cremos não ser diferente. E as possibilidades de interlocução entre educação e outros saberes, no âmbito das ciências humanas ou da natureza, têm sido tema de constantes diálogos entre pesquisadores de diversos matizes (ROCHA e TOSTA, 2009. p. 115).

Uma pesquisa fundamentada na interdisciplinaridade necessita de cuidados redobrados, ao se pensar, por exemplo, no domínio de conceitos e seus pressupostos. Mesmo diante desta perspectiva que exige maior acuidade, o pesquisador não deve, por mera discricionariedade, furtar-se de percorrer os caminhos que são inerentes ao próprio objeto de pesquisa. Logo, é certo que os estudos com indígenas e quilombolas, para além das contribuições teóricas inerentes à pesquisa em Educação, não se dá sem a emergência deste diálogo interdisciplinar.

Pensamos que é inerente à ideia de identidade a reflexão sobre cultura. Logo, antes de tecer considerações sobre identidade, expomos algumas questões sobre o que é cultura, crendo que percebê-la enquanto construção social e sujeita a transformações, possibilita-nos compreender a identidade também enquanto pressuposto não fixo, mas enquanto elemento que comporta dinamicidade.

Kuper defende que “a cultura não é uma questão de raça. Ela é aprendida, e não transmitida por genes” (KUPER, 2002.p.288). Neste sentido, Geertz (2008) nos explica que a Cultura é composta por construções simbólicas, estando os significados englobados dentro de um conjunto de símbolos compartilhados.

O conceito de cultura é fundamentalmente semiótico e toma como base o compartilhamento das ideias, a teia de significados, ligadas coletivamente. Assim ainda conforme as ideias de Geertz, o mesmo assume a cultura: [...] como sendo essas teias e a sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado (GEERTZ, 2008.p.4).

Desse modo, compreendemos na perspectiva do autor, que o conceito de cultura é essencial para o entendimento dos conflitos entre os diversos grupos que convivem num mesmo espaço. Os seres humanos vão dando e construindo significados culturais. A cultura condiciona a visão de mundo dos seres humanos. Inferimos que as distintas formas de ver o mundo são resultantes da cultura. O conceito de cultura de Geertz transparece certa objetividade, apesar do reconhecimento da multiplicidade de compreensões que se tornaram inerentes ao termo. É pensando nas condicionantes externas que argumenta:

ele (conceito de cultura) denota um padrão de significados transmitidos historicamente, incorporando em símbolos, um sistema de concepções herdadas expressas em formas simbólicas, por meio das quais os homens comunicam, perpetuam e desenvolvem seu conhecimento e suas atividades em relação à vida (GEERTZ, 2008, p. 66).

A mesma lógica é proposta à ideia de padrões culturais:

No que concerne aos padrões culturais, isto é, os sistemas complexos de símbolos, o traço genérico de primordial importância para nós, aqui, é que eles representam fontes extrínsecas de informações. Como “extrínseco” eu quero dizer que – ao contrário dos genes, por exemplo – eles estão fora dos limites do organismo do indivíduo, e, como tal, nesse mundo intersubjetivo de compreensões comuns no qual nascem todos os indivíduos, no qual eles seguem carreiras separadas e que persiste após a sua morte. Como “fontes de informação” eu quero dizer apenas que – com os genes – eles fornecem um diagrama ou gabarito em termos do qual se pode dar forma definida a processos externos a eles mesmos. Assim como a ordem das bases num fio de ADN forma um programa codificado, um conjunto de instruções ou uma receita para a síntese de proteínas estruturalmente complexas que modelam o funcionamento orgânico, da mesma maneira os padrões culturais fornecem tais programas para a instituição dos processos social e psicológico que modelam o comportamento público (GEERTZ, 2008, P. 68).

Observamos também o que diz Barth (2005) quando, discutindo sobre o modo como a etnicidade é acionada em defesa de interesses políticos, preleciona que a:

cultura está sempre em fluxo e em mudança, mas também sempre sujeita a formas de controle. Os principais processos criativos e expansivos de conhecimento e diversificação sobre os quais falei não são ilimitados na sua capacidade de produzir variação contínua. Vejo três processos contrários à variação que gostaria de ressaltar: os processos de controle, silenciamento e apagamento de experiência. A cultura que cada pessoa está acumulando e vivendo está em constante reformulação, não devido apenas à sua expansão, mas também por ser limitada e canalizada por esses três processos (BARTH, 2005, p. 22).

Tanto a cultura como a etnicidade são definições que acarretam essencialmente uma dinâmica concomitantemente específica e múltipla, o que significa que um grupo não irá preservar os seus aspectos culturais permanentemente, mas que as suas singularidades podem sofrer modificações no decorrer do tempo conforme as circunstâncias que forem vivenciadas (POUTIGNAT E STREIFF-FENART, 1998).

Desse modo, pensando em um possível processo de padronização da cultura, observamos as construções culturais, enquanto contraponto frente aos desafios que são lançados pelo ideal de uma sociedade homogeneizadora, que não consegue lidar com diferenças. Expomos portanto, que a cultura resulta da inserção do sujeito nos diferentes contextos sociais, de maneira que é necessário que pesquisador esteja atento a tais variáveis.

Passemos então a relacionar o que dispõe alguns autores sobre a compreensão do conceito de identidade. Ao analisarmos como as identidades são construídas Hall (2000) nos esclarece que estas são formadas por meio da comparação com outras identidades, ou associadas às diferenças. A construção através das diferenças surgiu sob a forma de polos opostos, como oposições binárias, as quais são significantes para a elaboração do significado. Sendo assim, faz-se necessário um estudo contínuo na questão da diferença dando ênfase no seu processo de produção através das oposições que são consideradas essenciais, para que possamos entender o processo da constituição cultural das identidades.

Woodward (2000) nos faz refletir sobre a questão do desenvolvimento negativo da diferença que se dá através da exclusão ou da marginalização dos sujeitos que são vistos em nossa sociedade como “outros”. Estes “outros” também podem ser caracterizados

em nosso contexto social como sendo as minorias sociais e culturais, as quais são: os indígenas, os negros, os homossexuais as populações dos movimentos migratórios, dentre outros, que podem ser chamadas de minorias permanentes, que se tornam sociais e não de procedimento, que são àquelas minorias que estão presentes em: tribunais, parlamentos, conselhos e em outros corpos deliberativos (APPADURAI,2009).

As batalhas sobre os direitos culturais estão interligadas diretamente com a construção de identidades predatórias, que se empenham em extinguir as categorias sociais classificadas como estranhas. Esta cultura hegemônica (branco, homem, heterossexual) determina as regras que todos devem seguir como sendo ideais, ou normas definidoras rotulando assim, os diferentes como àqueles que estão fora dos padrões.

A questão identitária não se restringe a rótulos, e talvez esse seja um dos maiores desafios impostos para esta reflexão. A problematização trazida por Kuper (2002) amplia o olhar sobre uma identidade que pode divergir da compreensão socialmente almejada:

Ao que parece, o termo identidade é um oximoro quando usado em relação a um indivíduo, pois como pode um indivíduo corresponder – ser idêntico – a ele mesmo? Na psicologia, identidade pode referir-se à manutenção de uma personalidade com o tempo: a pessoa é idêntica (mais ou menos) ao que costumava ser. Mais comumente, entretanto, a noção de identidade está ligada a ideia de que o self tem certas propriedades essenciais a algumas eventuais. Existe um eu verdadeiro, que talvez não corresponda à pessoa eu pareço ser. Eu posso escolher, ou ser forçado a, disfarçar elementos do meu verdadeiro self, que permanecem ocultos ao mundo. Talvez eu não seja capaz de encontrar minha própria voz ou de me reconhecer nas representações que me cercam (KUPER,2002. p. 297).

A abrangência da identidade torna-se muito mais intensa que as limitações engendradas em uma cultura, pois aquela implica comunicação e interligação com as demais fronteiras étnicas, nacionais, religiosas, entre outras. Sendo assim:

Todos nós temos identidades múltiplas, e mesmo que eu admita ter uma identidade cultural primária, pode ser que eu não queira me ajustar a ela. Além disso, não seria muito prático. Eu opero no mercado, vivo por meio do meu corpo, luto com os outros. Se eu me considerar apenas um ser cultural, deixo muita pouca margem para manobra ou para questionar o mundo em que me encontro (KUPER,2002, p. 311).

A complexidade das relações indica que o sujeito não mais comporta a ideia de uma identidade única. As transformações das relações cotidianas tendem a revelar que as mudanças são mais recorrentes que as estabilidades. Como pontua Hall,

Esse processo produz o sujeito pós-moderno, conceptualizado como não tendo uma identidade fixa, essencial ou permanente. A identidade torna-se uma 'celebração móvel': formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam (...) É definida historicamente, e não biologicamente. O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um 'eu' coerente (HALL, 2003.p. 12-13).

Expondo os perigos do essencialismo, ainda aponta Hall:

O momento essencializante é fraco porque naturaliza e des-historiciza a diferença, confunde o que é histórico e cultural com o que é natural, biológico e genético. No momento em que o significante “negro” é arrancado de seu encaixe histórico, cultural e político, e é alojado em uma categoria racial biologicamente constituída, valorizamos, pela inversão, a própria base do racismo que estamos tentando desconstruir. Além disso, como sempre acontece quando naturalizamos categorias históricas (pensem em gênero e sexualidade), fixamos esse significante fora da história, da mudança e da intervenção políticas. É uma vez que ele é fixado, somos tentados a usar “negro” como algo suficiente em si mesmo, para garantir o caráter progressista da política pela qual lutamos sob essa bandeira — como se não tivéssemos nenhuma outra política para discutir, exceto a de que algo é negro ou não é. Somos tentados, ainda, a exibir esse significante como um dispositivo que pode purificar o impuro e enquadrar irmãos e irmãs desgarrados, que estão desviando-se do que deveriam estar fazendo, e policiar as fronteiras — que, claro, são fronteiras políticas, simbólicas e posicionais — como se elas fossem genéticas. É como se pudéssemos traduzir a natureza em política, usando uma categoria racial para sancionar as políticas de um texto cultural e como medida do desvio (HALL, 2003, p. 345).

Um contraponto relevante para a questão identitária é a relação entre essas e a visão dos agentes políticos, do Estado. As identidades étnicas podem ser fragilizadas, na medida em que os sujeitos também se tornam hipossuficientes diante da intervenção de agentes políticos:

As identidades étnicas são tentadoras para eles (agentes políticos) porque vêm nelas uma base política potencial (...). Não é dada ao indivíduo a opção de dizer, por exemplo, ‘Sim, eu quero acionar minha identidade étnica para esse fim, mas não para aquele. Eu o apoiarei nessa política, mas não naquela’. Assim, o processo coletivo restringe dramaticamente a liberdade de ação e escolha. Blocos com programas fechados são criados, e escolhas incompatíveis são opostas. A diversidade de vivências e de escolhas das pessoas é reduzida até na sua vida privada, e as suas concepções sobre quem são ou o que poderiam fazer são limitadas e diminuídas (BARTH, 2005. p.25-26).

O argumento trazido por Barth também deve ser considerado pelos pesquisadores, tendo em vista que, para o Estado, há uma tendência para o reconhecimento formal dos diferentes, mas os mesmos são limitados em suas demandas, não são atendidos pelo querer estatal em suas dimensões plurais. Os sujeitos passam a ser rotulados, e restringidos em seus quereres e anseios.

Em discussão semelhante sobre a condição dos diferentes (o pequeno número), as ponderações de Appadurai (2009) nos convidam a pensar sobre o porquê da raiva e do sentimento de hostilidade desferidos em relação as minorias no contexto da globalização. O autor traz algumas explicações para as causas desse incômodo trazido pelo diferente, com os quais cotejamos a discussão aqui proposta: a) a ideia de um ethnos nacional, na qual tem sido produzida e naturalizada a ideia da homogeneidade na perspectiva da nacionalidade; b) lugar da incerteza social na vida social: diante dos inúmeros movimentos e estilos culturais, gera-se a incerteza sobre quem de fato pertence ao grupo legitimado pelo ethnos nacional e os que não são.

As causas apontadas por Appadurai também remetem ao que o autor nomeia como identidades predatórias, consistentes na destruição dos diferentes, das minorias:

Defino como “predatórias” aquelas identidades cuja mobilização e construção social requerem a extinção de outras categorias sociais próximas, definidas como ameaças à própria existência de algum grupo, definido como “nós”. As identidades predatórias emergem, periodicamente, de pares de identidades, algumas vezes de conjuntos maiores do que dois, que têm longas histórias de contato próximo, mistura e algum grau de mútuos estereótipos. A violência ocasional pode ou não ser parte dessas histórias, mas algum grau de identificação contrastante sempre está envolvido. Um dos membros do par ou do conjunto frequentemente torna-se predatório ao mobilizar um entendimento de si mesmo como uma maioria ameaçada. Esse tipo de mobilização é o passo-chave para transformar uma identidade social benigna numa identidade predatória (APPADURAI, 2009, p. 46)

Importante pontuar que as minorias aqui não são mensuradas simplesmente pela questão quantitativa, mas sobretudo por seu caráter dissonante ante o conjunto social desejável.

Essas questões trazem a dicotomia do quanto os pequenos grupos aparentam ser uma forte ameaça no imaginário coletivo: “quanto menor o número e mais fraca a minoria, mais profunda é a fúria em relação a sua capacidade de fazer que a maioria se sinta como mera maioria e não como um ethnos inteiro e incontestável” (APPADURAI, 2009, p. 47).

A condição dessas “minorias” não pode deixar de ser observada no percurso da pesquisa em Educação. É necessário que o pesquisador esteja atento não somente quanto a ausência de fixidez identitária, diferentemente do que muitas vezes se convencionou ditar, mas também é preciso reconhecer os desafios dos diferentes frente aos interesses do Estado, pois para este, a diferença não passa de um reconhecimento formal, contexto que limita a capacidade dos sujeitos e o pluralismo que lhes é inerente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No percurso do presente artigo, buscamos apresentar algumas premissas que consideramos relevantes para a realização de pesquisas realizadas junto aos povos e comunidades tradicionais. Nesse contexto, torna-se necessário que o pesquisador se aproprie das discussões e conceitos sobre identidade, pois se assim não fizer, incorrerá no risco de enquadrar os sujeitos participantes de sua pesquisa em rótulos e concepções prévias, o que não trará prejuízos não somente àqueles ao participante da pesquisa, mas ao próprio pesquisador, que, provavelmente, reproduzirá os estereótipos que foram consolidados no decurso da história. Assim, dificilmente conseguirá compreender o contexto ou determinadas ações daqueles que estão envolvidos em sua pesquisa, proporcionando um contexto possível de embaraços ou de certa superficialidade.

Para tracejar este caminho, pautamos nossa discussão em uma perspectiva interdisciplinar. Observamos a importância em relacionar as contribuições que os estudos antropológicos podem trazer ao campo da Educação. As premissas sobre a cultura e as identidades não são exclusivas dos antropólogos, sendo imanente àquele que pesquisa com os grupos étnicos se apropriar dessas discussões, para que suas leituras acerca do campo de pesquisa sejam menos impositivas e, conseqüentemente, também mais livres e éticas.

O aumento destas pesquisas no campo da Educação não tornam as lições que aqui

abordamos sobre a identidade étnica obsoletas ou redundantes. Pelo contrário, a discussão se torna cada vez mais emergente, pois como argumenta Santos e Almeida Filho (2008), a academia não somente contribuiu com a exclusão social das raças e etnias ditas inferiores, como também teorizou sua inferioridade. Observamos, portanto, que o próprio pesquisador, sendo fruto de uma academia eurocentrada, está sujeito aos perigos de contribuir com a inferiorização dos grupos étnicos, quando não se abre à experiência do campo, mas se apega apenas às epistemologias não dialógicas ou excludentes. A pesquisa em Educação não pode desconsiderar estas variáveis.

Há ainda de se reconhecer que, os processos educativos dos povos e das comunidades tradicionais não se encerram com os aportes normativos estandardizados em prol da educação indígena e quilombola. Logo, é indispensável que o pesquisador se coloque sob a tutela da experiência e também das desconstruções dos estereótipos que envolvem o ser indígena e o ser quilombola na sociedade brasileira. Ciente de todo esse processo, o pesquisador necessita refletir sobre a sua condição, e a partir dela pensar de que maneira pode contribuir não somente para a aproximação entre a academia e o campo, mas também para que benefícios possam ser trazidos para a comunidade estudada.

Pensar sobre identidade e a diferença torna-se imprescindível e desafiador ao desenvolvimento de um estudo, pois demanda que o pesquisador se desprenda de certezas e busque a dar espaço para o protagonismo do outro. A insistência nestes argumentos não se dá de forma ingênua ou inconsciente. Consideramos que, àquele que se dispõe à pesquisar, precisa ter uma ciência mínima sobre os enfrentamentos do grupos étnicos.

Em termos históricos, vivemos em uma sociedade que comportou quarenta por cento dos quinze milhões de africanos que foram deportados de suas terras para as Américas (REIS e GOMES, 1996). De maneira similar, os povos indígenas, em meio aos processos de colonização e de resistências, enfrentam o desafio quanto à desconstrução dos pressupostos que se firmaram na historiografia oficial de nosso passado (MONTEIRO, 1999). Resguardada as devidas especificidades, vale ressaltar um problema em comum, vivenciado por indígenas e quilombolas. Tais grupos se encontram no quadro de populações que em o processo de vilipêndio histórico, cultural e político teve como cerne a anulação da identidade e da diferença. Podemos dizer que as tensões vividas por esses povos engendram movimentos antagônicos, os quais retraem e dilatam as identidades, pois o mesmo passado que subsidia movimentos políticos e sociais importantes, também suscita as histórias de sofrimento, os influxos da subalternização histórica. Não raro é que o campo de pesquisa também traga à tona estas percepções.

Dessa maneira, persiste um desafio posto para estes grupos que, é a busca por uma reescrita da história. Mesmo que esta ainda seja delineada de maneira fragmentada, anseia-se subsidiar ainda mais a luta dos povos indígenas e quilombolas, propulsando as rediscussões sobre as identidades e a equidade social. No mesmo direcionamento, atente ao pesquisador às singularidades dos povos e comunidades tradicionais, pois ainda incorre-se no risco de ainda ser traduzida pela historiografia oficial e pelo imaginário social como não diversificada, uniforme e até mesmo monótona.

Creemos que a pesquisa pode se tornar um desafio maior ao pesquisador, ao se deparar com menos suposições e lançar-se em um campo que foi extremamente estereotipado e vilipendiado historicamente. Entretanto, esta mesma pesquisa auferir ganhos, pois tende a sinalizar novas perspectivas de atuação, amplia os horizontes no que se refere aos caminhos a serem tomados nos espaços de educação indígena e quilombola, notadamente na seara da educação formal.

Neste propósito, reiteramos a compreensão da história como fonte de problematização, e não como ensejo para a fixidez ou massividade dos sujeitos em determinado lugar e tempo históricos. Ao discutirmos sobre e com os grupos étnicos, estamos nos propomos a compreender tais sujeitos não como “sobras” de um passado de dor, mas como atores que hoje reivindicam os espaços de dignidade e justiça, que foram denegados aos seus antecessores. Nesse caminho, não raro é perceber que, forma-se a pesquisa, e transforma-se o pesquisador, pelas experiências singulares encontradas em campo.

Ao se fortalecer a luta dos povos subalternizados, invertamos a ordem imposta. Não podemos dispensar a ideia de que na pesquisa em Educação, também é importante a construção de uma “história vista por baixo”, onde não se reproduzam interpretações eminentemente elitistas, uma história determinada por grupos poderosos. Ao inverter essa lógica, fortalecendo aqueles que foram esquecidos, a pesquisa em Educação alimenta um devir social e destoa de uma ordem determinante e por muito tempo vigente no mundo acadêmico, voltada eminentemente para os donos do poder.

REFERÊNCIAS:

APPADURAI, Arjun. **O medo ao pequeno número**: ensaio sobre a geografia da raiva. São Paulo: Iluminuras, Itau Cultural, 2009.

BARTH, Fredrik. **O guru**, o iniciador e outras variações antropológicas. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000.

_____. **Etnicidade e o conceito de cultura**. Revista Contemporânea de Antropologia e Ciência Política. N. 1.n 19, 2005, p. 15-30. Disponível em: http://www.uff.br/antropolitica/revistasantropoliticas/revista_antropolitica_19.pdf . Acesso em: 10. Ago. 2016.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

_____, Stuart. **Da diáspora**. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

KUPER, Adam. **Cultura**: a visão dos antropólogos. Bauru: EDUSC, 2002.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico**: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projetos e relatórios, publicações e trabalhos científicos. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MONTEIRO, John M. **Armas e armadilhas** -História e resistência dos índios. In: NOVAES, Adauto (Org.). A Outra Margem do Ocidente, São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

POUTIGNAT, Philippe; STREIFF_FERNART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade**. Seguindo de Grupos étnicos e

suas fronteiras de Fredrik Barth. Tradução de Elcio Fernandes. São Paulo: Editora da UNESP, 1998.

REIS, João José e GOMES, Flávio dos Santos. **Liberdade por um fio**: história dos quilombos no Brasil. São Paulo: cia. das Letras, 1996.

ROCHA, G. e TOSTA, S. **Antropologia e Educação**. Belo Horizonte, Autêntica, 2009.

SANTOS, Boaventura de Souza e FILHO, Naomar de Almeida Filho. **A Universidade do Século XXI**: para uma universidade nova. Coimbra: Almedina; 2008

WOODWARD, K. 2000. **Identidade e diferença**: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T. T. (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Annales 71, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 86

Antropologia 29, 46, 61, 76, 77, 83, 85, 112, 119, 120, 124, 133, 134, 136, 137, 143, 153, 160, 163, 166, 196

Araweté 11, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153

C

Camelôs 13, 17, 18, 19, 20, 23, 24, 25

Cidadania 69, 100, 102, 103, 104, 110, 121, 127, 130, 184

Ciência 26, 27, 29, 30, 33, 34, 36, 37, 39, 40, 42, 43, 44, 46, 100, 113, 118, 154, 157, 158, 163, 165, 180

Complementaridades 26, 36, 150

Comunidade 1, 3, 5, 10, 45, 46, 47, 48, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 73, 74, 75, 101, 118, 125, 126, 130, 133, 210, 217

Conflitos 4, 19, 45, 47, 48, 51, 57, 59, 60, 61, 62, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 93, 113, 132, 154, 217

Conhecimentos 9, 1, 2, 10, 26, 29, 30, 48, 52, 53, 91, 123, 126, 131, 137, 163, 173, 210

Crônica 88, 89, 90, 98, 191

D

Deleuze 143, 145, 146, 147, 152

Democratização 100, 104

Desenvolvimento 3, 6, 9, 17, 29, 43, 45, 47, 49, 50, 51, 52, 54, 56, 65, 70, 92, 93, 105, 108, 109, 110, 114, 118, 123, 126, 127, 133, 171, 184, 191, 208, 214, 215, 217, 218, 219, 221, 223, 224

Diálogo 9, 26, 29, 30, 43, 62, 63, 64, 65, 67, 68, 69, 70, 71, 75, 95, 103, 108, 109, 113, 127

Dicotomias 26, 33, 38, 41

E

Economia Solidária 1, 5, 6, 8, 130

Educação 45, 106, 107, 109, 110, 111, 112, 113, 117, 118, 119, 120, 126, 127, 130, 131, 134, 175, 207, 212, 227

Elementos 1, 3, 7, 8, 14, 15, 18, 19, 34, 36, 37, 46, 57, 66, 74, 82, 91, 92, 101, 112, 115, 124, 130, 161, 165, 166, 170, 198, 216

Etnocentrismo 71, 80

Extensão universitária 1, 6, 7, 9

F

Feira de Santana 13, 16, 17, 19, 20, 21, 24, 25

H

Habilidades 61, 100, 101, 102, 103, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 210, 220

I

Identidade 58, 75, 86, 111, 119, 120, 150

M

Mediação 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 162

Memória 4, 35, 56, 72, 123, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 189, 191, 192, 193, 194, 195

Missão francesa 71, 79, 80, 81, 82, 87

Mulher 54, 167, 168, 169, 170, 173, 174, 175, 185, 191

N

Nação 71, 72, 73, 74, 75, 159, 164, 176, 184, 204

Nobreza 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98

O

Ossos Pélvicos 137

P

Pesquisa-ação 1, 2, 5, 104

Podcast 100, 104, 106, 110

Políticas públicas 56, 66, 121, 123, 126, 127, 128, 132, 133, 135

Povos indígenas 47, 57, 111, 112, 118, 148

Q

Quilombola 118, 119, 121, 124, 125, 126, 130, 131, 132, 133, 134

R

Região 5, 17, 20, 45, 46, 47, 49, 50, 54, 56, 57, 78, 82, 98, 130, 132, 136, 195

Rei 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 160, 162

S

Sexo 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 168, 185, 186

Sistemas complexos 26, 27, 37, 40, 42, 114

T

Terra 47, 48, 50, 51, 52, 55, 66, 80, 81, 97, 122, 123, 124, 125, 127, 132, 134, 147, 148, 149, 179, 180, 181, 183

Territorialidades 13, 14, 15, 56, 57

Trabalho 9, 12, 1, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 13, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 24, 25, 26, 47, 48, 50, 53, 54, 57, 61, 62, 66, 82, 83, 91, 102, 108, 119, 121, 123, 124, 125, 132, 134, 144, 167, 169, 170, 171, 172, 176, 177, 178, 179, 180, 182, 184, 185, 186, 191, 192, 193, 201, 205, 208, 210, 216, 219, 221, 224

U

USP 25, 44, 57, 71, 75, 79, 80, 81, 82, 84, 85, 86, 153

V

Viabilidade 8, 59, 63, 66, 70

Vídeo 100, 104, 106, 107, 108, 109

Violência 51, 117, 123, 167, 168, 169, 167, 170, 171, 173, 174, 175, 184, 185

Viveiros de Castro 143, 144, 147, 148, 150, 151

 **Atena**
Publisher
2 0 2 0